

Termo de Confidencialidade e autorização de uso de dados

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado da Bahia, visando dar cumprimento às suas finalidades institucionais (Art. 44, I e II da Lei 8.906/94) apresenta o presente formulário de pesquisa, elaborado pela sua Comissão de Celeridade Processual.

Os dados coletados têm por finalidade identificar e mapear situações de morosidade processual, eventualmente instruindo procedimentos judiciais e/ou administrativos de cunho institucional tendentes a atacar o problema de forma individual ou estrutural. Serão coletados os dados mínimos indispensáveis para a identificação e constatação dos fatos informados.

Trata-se de um formulário de uso exclusivo de advogados, que ao responderem-no consentem com sua utilização institucional e asseguram que têm autorização de seus constituídos para o fazerem.

Os dados pessoais coletados serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação de forma anonimizada para uso exclusivo da instituição, inclusive para fins de pesquisa.

É assegurado aos titulares dos dados o pleno exercício dos direitos e garantias instituídos pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e pelo Art. 5º, LXXIX da Constituição Federal.